

Eliminar ▾ Arquivar Comunicar ▾ Mover para ▾ Responder Responder a ti ▾

ENC: Pedido entrevista - Radioagência Nacional - Itaipu

De: Itaipu Binacional - Imprensa <imprensa@itaipu.gov.br>

Enviado: terça-feira, 24 de março de 2026 18:41

Para: Eliane Pereira Gonçalves <elianeg@ebc.com.br>; Sumaia Villela Nunes Coelho <sumaia.coelho@ebc.com.br>

Cc: STELA GUIMARAES DE MORAES <STELAGUI@itaipu.gov.br>; FABIANE MARINA AMEND ARIELLO <FABIANE@itaipu.gov.br>

Assunto: RES: Pedido entrevista - Radioagência Nacional

Boa tarde!

Segue nota com os comentários da Itaipu sobre os temas a serem abordados.

A Itaipu Binacional foi criada a partir do Tratado de Itaipu, firmado entre Brasil e Paraguai em 1973, com o objetivo de construir e operar uma usina hidrelétrica binacional. A execução do projeto teve início em 1975, em um contexto marcado pela Ditadura Militar Brasileira, quando práticas autoritárias resultaram na sonegação de informações e em violações à dignidade humana e aos direitos fundamentais. À época, as normas de proteção ao trabalho e ao meio ambiente eram significativamente diferentes das atuais, e as atividades ocorreram sob um Estado de caráter repressivo.

Entre 1978 e 1984, os registros oficiais indicam a ocorrência de 43.530 acidentes de trabalho no canteiro de obras, envolvendo trabalhadores brasileiros e paraguaios, dos quais 106 foram fatais. Esses dados, parte da documentação histórica consolidada da empresa, refletem a magnitude e a complexidade da obra. Ainda assim, em 1975, antes mesmo da existência de regulamentações específicas no Brasil e no Paraguai, a Itaipu instituiu atos normativos próprios voltados à proteção dos trabalhadores, cuja experiência contribuiu posteriormente para a formulação da Portaria nº 3.214, responsável por instituir as Normas Regulamentadoras (NRs), marco relevante na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais no Brasil.

No campo dos direitos indígenas, um acordo de conciliação homologado pelo Supremo Tribunal Federal, no âmbito da Ação Cível Originária nº 3.555, reconheceu publicamente que comunidades indígenas Avá-Guarani sofreram deslocamentos forçados, perda de territórios sagrados e impactos profundos em seus modos de vida, subsistência e cultura. Em resposta, o Estado brasileiro, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e a Itaipu Binacional formalizaram um pedido público de desculpas ao povo Avá-Guarani, reconhecendo que a formação do reservatório e a expropriação de territórios provocaram impactos sociais, econômicos e culturais significativos. Como parte das medidas de reparação, a empresa vem investindo na aquisição de terras para essas comunidades no oeste do Paraná, tendo já adquirido mais de 400 hectares, com previsão de chegar a até 3.000 hectares.

Atualmente, a Itaipu desenvolve iniciativas voltadas à promoção dos direitos humanos, com foco na igualdade de gênero, no fortalecimento de capacidades locais e na inserção dessas perspectivas na educação, além de incentivar a participação de mulheres em espaços de liderança e no desenvolvimento comunitário. Desde dezembro de 2023, em parceria com o Itaipu Parquetec, a empresa coopera com o Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH), contribuindo para a produção de indicadores e painéis de dados que apoiam o planejamento, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas. Em reconhecimento a essas práticas, a Itaipu foi premiada na 11ª edição do Concurso de Boas Práticas na Gestão da Ética, promovido pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República, destacando